Instituto Nacional de Estatística
Statistics Portugal

Política de Privacidade e proteção de dados pessoais

2022



Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, última atualização 2022/02/20



Política de Privacidade e proteção de dados pessoais

Enquadramento

A Política de Privacidade do Instituto Nacional de Estatística (INE, I.P.) visa fornecer ao titular dos dados informações sobre a natureza dos dados recolhidos, a respetiva finalidade e o tratamento que será realizado.

O INE, I.P., enquanto Responsável pelo Tratamento de dados, assegurou desde sempre o cumprimento de todas as obrigações legais relativas à proteção de dados pessoais continuando pois empenhado no cumprimento do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD), aplicado a partir de 25 de maio de 2018, e demais legislação vigente e conexa com a matéria de proteção de dados pessoais.

Desde 25 de maio de 2018, e de acordo com o estabelecido pelo RGPD, o INE, I.P. tem um Encarregado de Proteção de Dados (EPD) cujos contactos estão publicitados no seu Portal de Estatísticas (www.ine.pt).

Ao EPD poderão ser endereçadas quaisquer questões relacionadas com dados pessoais, através do correio postal:

INE, I.P. - Instituto Nacional de Estatística
Encarregado de Proteção de Dados
Avenida António José de Almeida
1000-043 Lisboa

Ou eletrónico (enc.protecaodados@ine.pt) ou através do formulário disponível no Portal de Estatísticas Oficiais.

Aspetos gerais

Finalidades de tratamento

No contexto das suas atribuições e para a prossecução da sua missão de interesse publico, o INE, I.P. trata dados sobre pessoas singulares para fins estatísticos, ou seja destinados à elaboração de estatísticas oficiais e à sua disponibilização.

A pedido dos utilizadores, e ainda no âmbito da sua missão de serviço publico, quando é subscrito um determinado serviço, adquirido um produto ou estabelecida uma qualquer relação contratual, o INE, I.P. recolhe dados necessários para a prestação de serviço solicitado pelo titular. Estes dados destinam-se, nomeadamente, a gerir os contactos com o titular dos dados, proceder à faturação e cobrança de pedidos de informação, ou enviar outra comunicação institucional.

Princípios gerais aplicáveis ao tratamento dos dados pessoais

Em termos de princípios gerais relativos ao tratamento de dados pessoais, o INE, I.P. compromete-se a assegurar que os dados são:

Objeto de um tratamento lícito, leal e transparente;

Recolhidos para finalidades determinadas, explícitas e legítimas, não sendo tratados posteriormente de uma forma incompatível com essas finalidades;

Adequados, pertinentes e limitados ao que é necessário relativamente às finalidades para as quais são tratados;

Exatos e atualizados sempre que necessário, sendo adotadas todas as medidas adequadas para que os dados inexatos, tendo em conta as finalidades para que são tratados, sejam apagados ou retificados sem demora;

Conservados de uma forma que permite a sua identificação apenas durante o período necessário para as finalidades para as quais os dados são tratados;

Tratados de uma forma que garante a sua segurança, incluindo a proteção contra o seu tratamento não autorizado ou ilícito e contra a sua perda, destruição ou danificação acidental, sendo adotadas as medidas técnicas ou organizativas adequadas.

No âmbito da prossecução de fins estatísticos, o INE, I.P. rege-se pela Legislação que estabelece os princípios, normas e funcionamento do Sistema Estatístico Nacional (Lei nº 22/2008, de 13 de maio) estando todos os dados individuais tratados, designadamente os relativos a pessoas singulares, protegidos pelo Segredo Estatístico. Isso significa que todos os colaboradores

envolvidos no tratamento de dados para fins estatísticos estão abrangidos por um dever de sigilo profissional e de segredo estatístico pois os dados têm natureza confidencial e não podem ser divulgados de forma que permita a identificação direta, ou indireta, das pessoas singulares a que respeitam. A mesma lei estabelece que não é permitida a sua disponibilização para efeitos sancionatórios, de fiscalização ou de qualquer outra natureza semelhante e que nenhum serviço ou autoridade pode ordenar ou autorizar o seu acesso ou consulta, nomeadamente, tribunais, polícia, serviços de inspeção ou fiscais.

Para mais informações consultar a Política de confidencialidade estatística.

Conservação dos dados pessoais

O período de tempo durante o qual os dados são armazenados e conservados pelo INE, I.P. varia de acordo com a finalidade para a qual a informação é tratada.

No caso de tratamento para fins estatísticos o RGPD estabelece a possibilidade de conservação por períodos mais longos.

Depois de decorrido o respetivo período de conservação, o INE, I.P. eliminará ou anonimizará os dados.

Medidas técnicas, organizativas e de segurança

O INE, I.P. tendo presente que a fiabilidade e segurança da informação são essenciais para a sua actividade, e de forma a garantir a segurança dos seus dados e a respetiva confidencialidade, trata a informação que recolhe de acordo com políticas e procedimentos internos de segurança, nos termos e condições legalmente previstos.

Em função da natureza, do âmbito, do contexto e das finalidades do tratamento dos dados, bem como dos riscos decorrentes do tratamento para os direitos e liberdades do titular, o INE, I.P. aplica, tanto no momento da definição dos meios de tratamento como no momento do próprio tratamento, as medidas técnicas e organizativas necessárias que respeitam nomeadamente o princípio da minimização dos dados e garantam a proteção dos dados pessoais.

Desta forma o INE, I.P. assegura os meios que salvaguardam todas as formas de intrusão potenciadoras de violação dos dados, prevenindo acessos não autorizados ou alterações indevidas à informação.

Para esse efeito garante através da Política de Segurança da Informação do INE, I.P., a definição e implementação de políticas e procedimentos detalhados, nos diversos contextos de segurança da informação.

Responsabilidade pela Segurança da Informação do INE, I.P.

O INE, I.P. tem um Responsável pela Segurança da Informação a quem compete a gestão e coordenação do Sistema de Gestão de Segurança da Informação nomeadamente assegurando que os processos internos nesta matéria são definidos, implementados, interiorizados e mantidos em conformidade com as normas aplicáveis e com as politicas e objetivos do INE, I.P..

Cookies e tecnologias semelhantes

Os cookies são muito utilizados para gerir o funcionamento dos websites, para aumentar a eficiência dos mesmos, fornecer informações às entidades responsáveis pelos websites e/ou gerir as sessões dos utilizadores. Permitem também reconhecer o utilizador e direcionar a navegação deste conforme os seus interesses e preferências, melhorando, desta forma, a experiência de navegação.

Utilização de cookies e tecnologias semelhantes nos websites do INE, I.P.

O INE, I.P. usa cookies nos seus websites para gerir a navegação dos utilizadores, podendo essa gestão ser efetuada pelos websites do INE, I.P. e por websites de entidades externas, para efeitos de análise estatística. Os cookies nos websites do INE, I.P. são utilizados para vários fins, nomeadamente:

// **Autenticação** - com vista ao reconhecimento do utilizador durante a sua sessão;

// Segurança - para suportar os recursos de segurança implementados e detetar atividades maliciosas;

// Preferências e análise de serviços - para conhecer qual o idioma em uso na sessão do utilizador e personalizar a sua navegação no website;

// Estatísticas de utilização - para fornecer dados estatísticos anónimos relativos à utilização dos websites, como por exemplo, os websites de onde provêm, as páginas visitadas, o número de visitantes e o software utilizado pelo cliente.

Ao navegar nos websites do INE, I.P. estará a consentir na utilização dos cookies.

O controlo e bloqueio de cookies

A maioria dos browsers permite o controlo dos cookies através das suas configurações. No entanto, limitar a utilização de cookies pode dificultar a experiência de navegação e, no limite, impedir o login nos websites do INE, I.P..

Pedido de informações por canais externos ao INE, I.P.

O INE, I.P. não pede que faculte informações pessoais ou de contas de acesso aos seus websites, através de um meio de comunicação externo no domínio ine.pt. Neste sentido, será responsável por manter seguras as suas informações pessoais e de conta, e por não as partilhar com outras pessoas.

Ligações a websites de terceiros

Os nossos websites podem conter ligações para websites de terceiros. O INE, IP. não pode ser responsabilizado pela segurança e conteúdo de tais websites devendo assegurar-se da forma como os seus dados estão protegidos lendo as respetivas politicas de privacidade.

Exercício de direitos do titular dos dados

O titular de dados pessoais tem direitos de informação, acesso e retificação, nos termos previstos na lei.

Direitos do titular dos dados

Exercício dos direitos pelo titular dos dados

O exercício dos direitos pelo titular dos dados é gratuito, exceto nos casos em que se trate de um pedido manifestamente infundado ou excessivo ou injustificadamente reiterado, caso em que poderá ser cobrada uma taxa razoável tendo em conta os custos.

A resposta aos pedidos de exercício de direitos deverá ser prestada, sem demora injustificada, no prazo de um mês a contar da sua receção, salvo se este for especialmente complexo ou ocorrer em circunstâncias excecionais. Esse prazo pode ser prorrogado até dois meses, quando for necessário, tendo em conta a complexidade e o número de pedidos recebidos.

No âmbito do pedido, poderá ser solicitado que faça prova da sua identidade de modo a assegurar que a partilha dos dados pessoais é apenas feita com o respetivo titular.

O titular dos dados tem o direito de apresentar reclamação a uma Autoridade de Controlo da União Europeia em relação à proteção dos seus Dados Pessoais. O INE, I.P. prestará a sua colaboração à Autoridade de Controlo facultando-lhe todas as informações que por esta forem solicitadas.

Violação de dados pessoais

Em caso de violação dos dados e na medida em que tal violação seja suscetível de implicar um elevado risco para direitos e liberdades, o INE, I.P. compromete-se a comunicar a violação dos dados pessoais no prazo de 72 horas a contar do conhecimento do incidente.

Nos termos legais, a comunicação não é exigida nas seguintes situações:

// Caso o INE, I.P. tenha aplicado medidas de proteção adequadas, tanto técnicas como organizativas, e essas medidas tenham sido aplicadas aos dados pessoais afetados pela violação de dados pessoais;

// Caso o INE, I.P. tenha tomado medidas subsequentes que assegurem que o elevado risco para os seus direitos e liberdades já não é suscetível de se concretizar; ou

// Caso a comunicação implique um esforço desproporcionado para o INE, I.P. Nesse caso, o INE, I.P. fará uma comunicação pública ou tomará uma medida semelhante através da qual o titular dos dados será informado.

Disposições finais

Alteração da Política de Privacidade

O INE, I.P. reserva-se o direito de alterar a presente Política de Privacidade a todo o tempo, pelo queaconselhamos a consulta regular do presente documento.

Lei e foro aplicáveis

A Política de Privacidade e tratamento de dados pessoais rege-se pelo disposto no RGPD e pelalegislação e regulamentação aplicáveis em Portugal sobre esta matéria.

Quaisquer litígios decorrentes da validade, interpretação ou execução desta política devem ser submetidos em exclusivo à jurisdição do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa, sem prejuízo das normas legais imperativas aplicáveis.

contactos

Sede | Av. António José de Almeida 1000-043 LISBOA
Telefone geral: + 351 218 426 100* E-mail:ine@ine.pt

Apoio a Utilizadores I Serviço de Difusão
Telefone: + 351 218 440 695*
E-mail:info@ine.pt

Centro de Apoio em Portugal às Estatísticas Europeias
Telefone : + 351 218 440 447*
E-mail:ESDS@ine.pt

Horário de funcionamento:
9h00-17h00, nos dias úteis

Atendimento a Jornalistas | Serviço de Comunicação e Imagem
Telefone direto: + 351 218 426 110*
Telefone geral: + 351 218 426 100*
(ext:1248/1473)
E-mail:sci@ine.pt

Horário de funcionamento:
9h30-18h30, nos dias úteis

Biblioteca | Sede
Email: biblioteca@ine.pt
Horário de funcionamento:
9h00-12h30/14h00-17h00, nos dias úteis

Apoio a respondentes (empresas/ organizações ou famílias) | Departamento de Recolha de informação
Tel.: + 351 218 426 307*
E-mail: webinq@ine.pt

Horário: das 9h00 às 17h00, nos dias úteis.

Delegação do Porto | Edifício Scala Rua do Vilar, 235 – 4050-626 Porto
Telefone geral: + 351 226 072 000*
E-mail: dp@ine.pt

Horário de funcionamento da biblioteca:
9h00-12h30/14h00-17h00, nos dias úteis

Delegação de Coimbra | Rua Aires de Campos, Casa das Andorinhas
3000-014 COIMBRA
Telefone geral: + 351 239 790 400*
E-mail: dc@ine.pt

Horário de funcionamento da biblioteca: 9h00-12h30/14h00-17h00, nos dias úteis

Delegação de Évora | Rua Miguel Bombarda, 36
7000-919 ÉVORA
Telefone geral: + 351 266 757 700*
E-mail: de@ine.pt

Horário de funcionamento da biblioteca: 9h00-12h30/14h00-17h00, nos dias úteis

Delegação de Faro | Rua Cândido Guerreiro, 43-3ºFte
8000-318 FARO
Telefone geral: + 351 289 887 800*
E-mail: df@ine.pt

Horário de funcionamento da biblioteca: 9h00-12h30/14h00-17h00, nos dias úteis

Serviço Regional de Estatística dos Açores | Rua da Rocha, 26
9700-169 ANGRA DO HEROÍSMO
Telefone geral: +351 295 204 020*
E-mail: srea@azores.gov.pt

Direção Regional de Estatística da Madeira | Calçada de Santa Clara, 38
9004-545 FUNCHAL
Telefone geral: +351 291 720 060*
E-mail: drem@ine.pt

* Chamada para rede fixa nacional